

Comissão Eleitoral divulga resultado oficial da eleição



Com a participação expressiva de 877 votantes, nos dias 01 e 02 de junho, aconteceu o pleito para escolha da nova diretoria do Sintect-MS, gestão 2015/2019. Todo o processo coordenado pela Comissão Eleitoral aconteceu dentro do prazo e normas estabelecidas pelo

Estatuto da entidade, aprovado democraticamente no Congresso da categoria.

A Chapa 1 - Unificar, lutar e conquistar sempre!, conquistou 571 votos saindo vitoriosa no processo, e a chapa 2 Oposição Sindical MS, obteve 264 votos, 5 votos brancos e 37 votos nulos.

A comissão eleitoral informa que uma das

chapas concorrentes tentou suspender o processo por três vezes consecutivas, com várias alegações que não correspondiam à forma transparente pela qual o pleito vinha sendo conduzido. Em razão disso os pedidos e recursos foram negados pela Justiça, baseados em toda documentação legal apresentada pela Comissão Eleitoral e que confirmou o cumprimento das normas previstas no estatuto.

A apuração dos votos aconteceu, na sede do SintraconCG (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Mobiliários de Campo Grande) e ocorreu em clima de cordialidade nas mesas apuradoras, com a participação de pessoas íntegras e respeitadas no conjunto do movimento sindical de Campo Grande.

Para garantir ainda mais a lisura e a transparência do processo, todo o trabalho da Comissão Eleitoral foi registrado em vídeo e fotos.

Devolução e Cobrança das Contribuições Extraordinárias

O plano de equacionamento do déficit de 2014, que deveria ter entrado em vigor em abril de 2015, foi suspenso com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta-TAC entre o Postalís e a Previc.

A assinatura deste TAC se deu por conta da pressão realizada pelo sindicato através de protocolo do abaixo assinado e também de ação judicial.

Com a assinatura do TAC, ficam mantidas as contribuições previstas no plano de custeio que vigorou até março de 2014, ou seja, de 3,94% sobre o valor do BPS para os participantes ativos e sobre os benefícios para os assistidos, com a contribuição paritária da patrocinadora.

Confira como será feita cobrança das contribuições relativas ao mês de abril e a devolução das contribuições de 25,98% pagas por meio de boleto bancário:

Cobrança

Participantes Ativos:

- Na folha de pagamentos de maio foi cobrada a Contribuição Extraordinária BD com taxa de 3,94%;
- Na folha de junho serão cobradas as Contribuições Extraordinárias relativas aos meses de abril e junho.

Assistidos:

- Na folha de pagamentos de maio foram cobradas as Contribuições Extraordinárias BD com taxa de 3,94% relativas aos meses de abril e maio.

Participantes desligados dos Correios:

- Foram emitidos boletos bancários, com vencimento em 08/06/2015, da parcela relativa ao mês de maio. Os boletos com vencimento em 01/06/2015 devem ser desconsiderados. A parcela relativa ao mês de abril será cobrada juntamente com a do mês de junho.

Devolução aos participantes que já haviam feito a contribuição de 25,98% por meio de boleto

- Participantes ativos e aposentados: os valores relativos à Contribuição Extraordinária de 25,98% pagos por meio de boleto foram devolvidos aos participantes no dia 29/05 por intermédio de pagamento bancário. É importante verificar o extrato e, caso não se identifique a devolução, o participante deverá entrar em contato com o Postalís;
- Pensionistas: a devolução da Contribuição Extraordinária paga por meio de boleto bancário será feita na folha de pagamento do mês de junho.

Periculosidade

O processo DCT 27307-16 2014 4.00.0000 movido pela direção da ECT em que pede o parecer da Justiça sobre a legalidade do pagamento do adicional de periculosidade aos carteiros motociclista, entrará em pauta para votação no Tribunal Superior de Trabalho, próximo dia 08 de junho deste ano, às 13hs30min.

O Sintect-MS foi a primeira entidade sindical do País pedindo o pagamento desta periculosidade, garantido em decreto sancionado no passado pela presidenta Dilma Rousseff. A direção dos Correios, no entanto, vem negando o pagamento deste direito, não aceitando inclusive a proposta de intermediação do Ministro do Ives Gandra.

O parecer do Ministério Público do Trabalho foi favorável, com o entendimento claro que o trabalhador dos correios carteiro motociclista tem o direito de receber os dois adicionais: AADC e Periculosidade.

Estamos lutando para que a Justiça dê parecer favorável e reafirme a legalidade, o pagamento da periculosidade e do AADC a todos os trabalhadores carteiros motociclistas dos correios.

FENTECT realiza VXIII Encontro Nacional de Mulheres

Ecetistas se reuniram para debater sobre a participação feminina na política e no mercado de trabalho

Entre os dias 24 e 26 de maio, no Estado de Pernambuco, em Jaboatão dos Guararapes, foi realizado o VXIII Encontro Nacional de Mulheres da FENTECT, para debater sobre as pautas essenciais para a categoria, como a Reforma Política com Paridade de Gênero, PL 4330, Pauta Nacional de Mulheres, Violência e Empoderamento da Mulher. Para as ecetistas, é preciso dar um fim a determinados conceitos machistas que, mesmo com a Revolução Industrial e o boom do capitalismo, prevalecem na sociedade, como o que destaca a função da mulher de garantir a reprodução e dominar o trabalho doméstico, e o dos homens de produção e trabalho fora do lar. Esse distúrbio gera a dependência financeira feminina, que é a raiz da opressão.

Atualmente, mesmo diante de tantas lutas por direitos iguais, as mulheres ainda ganham menos no mercado de trabalho. As mulheres negras, por exemplo, recebem 56% menos que os homens, as mulheres, em geral, sofrem 70% mais assédio moral e trabalham, em média, 56 horas por semana, somadas às 20 horas de jornada de trabalho doméstico.

No Brasil, cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos. Em 2011, de acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Ministério da Saúde, foram notificados 12.087 casos de estupro. Em 2012, 4.719 mulheres foram assassinadas, uma morte a cada duas horas, por meios violentos, no país, e o número de homicídios teve um acréscimo de 22,5% na década entre 2002 e 2012. O Brasil é o 7º na lista dos que mais matam as mulheres, no mundo.

Ainda, na política, o espaço de reivindicações de direitos, pela efetividade e seguridade, é restrito para as mulheres. O movimento é lançado, então, como alternativa e forma de debate sobre a cidadania e levanta a bandeira da reforma do sistema político em cinco dimensões da democracia, a direta, a representativa, participativa, o financiamento e a paridade.

Durante o Encontro Nacional de Mulheres, as representantes ainda destacaram os meios proporcionados para garantir a integridade física e psicológica das mulheres, como a Lei Maria da Penha, que surgiu com a luta da farmacêutica e bioquímica,

Maria da Penha, casada com um economista e professor universitário, que tentou, por duas vezes, assassiná-la. Em 2002, ele foi preso por pressão da OEA. Agora, entre os desafios estão a denúncia, o controle e a cobrança por parte das autoridades pelo cumprimento da lei e o repasse de informações, para que os municípios se adequem e tenham estrutura para fazer valer os mecanismos de defesa das mulheres.

Em março deste ano, também foi aprovada a Lei 13.104, que altera o artigo 121 do Código Penal e prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, com agravo de pena, e o inclui na Lei de Crimes Hediondos, sem possibilidade de fiança, com regime fechado e progressão lenta.

Como tema, as participantes ainda debateram sobre os riscos do PL 4330 das terceirizações e a luta de classes no Brasil. Ressalta-se que a força de trabalho no país conta com 90 milhões de trabalhadores, 50 milhões em emprego formal e, desses, 12 milhões são terceirizados, além dos 40 milhões de informais. Especula-se um aumento de 13 para 30 milhões de terceirizados, em 4 a 5 anos, com 60% novos empregos dessa categoria. Com a aprovação da terceirização, amplia-se a exploração, com jornadas 3 horas mais longas, salários 24% menores e 50% a mais na taxa de exploração. O problema ainda agrava a rotatividade em 76%, aumenta os perigos de morte de terceirizados, no trabalho, em 80% a 90%, e o trabalho escravo dessa categoria em até 90%.

Conforme a representação no encontro é preciso lutar pela não aprovação do PL 4330, em vista das consequências, como o enfraquecimento da luta sindical, com a multiplicidade de patrões e entidades sindicais, maior retirada de direitos trabalhistas da história do Brasil, diminuição da arrecadação de impostos e o impacto em políticas públicas, legitimação das formas de terceirização, como em fundações empresas públicas de direito privado, OS, OSCIPS, entre outras, o repasse da administração pública de escolas, universidades, hospitais e unidades de saúde, para entidades privadas e terceirização de atividades-fim, como de professores, profissionais de saúde, entre tantos fatores prejudiciais para toda classe de trabalhadores do País.

Divulgaremos em nosso próximo material a explanação das delegadas eleitas em MS e que participaram deste evento.